

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N. 1/2023

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2023

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

Manuel Augusto Meirinho Martins

SECRETÁRIOS:

- 1. Secretário – Germano Fernandes**
- 2. Secretário – Idalina Lopes**

SUBSTITUIÇÕES

Silvina Martins Vaz da Silva (*substituída por Manuel Augusto Nabais*)

Sandro Manuel Martins Freire

Presidente da Junta de Freguesia da Bismula (*Representado pelo Secretário: Miguel João dos Santos Pires*)

Presidente da Junta de Freguesia de Sortelha (*Representado pelo Secretário: Fernanda Esteves*)

Presidente da Junta de Freguesia da Nave (*Representado pelo Tesoureiro: Paulo Abreu Correia*)

Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Espinho

HORA DE ABERTURA: Quinze horas

LOCAL: Auditório Municipal do Sabugal

As presenças e substituições dos membros de Assembleia e Presidentes de Junta de Freguesia constam do Anexo (I) desta ata e que dela faz parte integrante. -----

Às quinze horas, dado haver quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** cumprimentou os representantes dos Grupos Municipais presentes e, em nome deles, todos os Membros da

Assembleia, o senhor Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio, declarando aberta a Sessão. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 -----

Antes de proceder à apreciação e votação da ata da sessão de 28 de fevereiro de 2023, o senhor **Presidente da Assembleia** informou terem sido entregues à Mesa, no início da reunião, as propostas de constituição dos grupos municipais que não tinham sido entregues na anterior reunião (e correspondente composição das respetivas direções), a saber: **Grupo Municipal do PSD** (Carlos Afonso Borregana, Sandra Maria Silvestre Fernandes e António Luís Miranda dos Santos Serra) e **Grupo Municipal Independente** (Jorge Miguel Almeida Lourenço -Presidente da Junta de Freguesia de Sortelha, Ana Cristina Paula Pires - Presidente da União de Freguesias de Pousafoles do Bispo, Penalobo e Lomba).-----

Informou o senhor **Presidente da Assembleia** que, em conjunto com os grupos municipais já recebidos na anterior reunião, a saber: **Grupo Municipal do PS** (João Manuel Manso Dias, Júlia Maria Bogas Marques Coelho e Marisa Sofia Gonçalves Martins); **Grupo Municipal da CDU** (João Carlos Taborda Manata e João Manuel Aristides Duarte) e **Grupo Municipal Singular do CDS** (José Alves Escada da Costa), estava completa a composição definitiva dos grupos municipais da Assembleia Municipal do Sabugal, tendo sido verificados os cumprimentos das regras regimentais relativas à sua constituição. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou ainda os membros que se impunha a aplicação definitiva no novo Regimento aprovado em 14 de outubro de 2022, nos termos do seu artigo 57.º já que o mesmo estabelece que, com a sua entrada em vigor, deve ser atualizada a composição dos grupos municipais e aplicadas as demais disposições, sendo uma delas a distribuição dos tempos de intervenção dos grupos municipais, como é determinado pelo art.º 29 do Regimento.

Assim, o senhor **Presidente da Assembleia**, procedeu, nos termos do art.º 22 do Regimento à distribuição dos lugares no auditório em função dos grupos municipais constituídos, incluindo-se os lugares destinados ao Público e ao Executivo, bem como informou a Assembleia e o Executivo dos tempos de intervenção dos vários intervenientes (grupos municipais e Executivo) dos correspondentes tempos de intervenção para o Período Antes da Ordem do Dia, decorrentes diretamente da aplicação do Regimento e em especial do n.º 3 do art.º. 29, dado que a grelha de

tempos que constava no anexo 1 do Regimento aprovado em 14 de outubro de 2022, era, como aí referido era meramente indicativa, uma vez que na altura ainda não se encontravam constituídos os grupos municipais. -----

Nesta decorrência, o senhor **Presidente da Assembleia**, informou os grupos municipais dos respetivos tempos de intervenção, decorrentes da aplicação do Regimento, que foram os que constam na tabela abaixo reproduzida para efeitos de demonstração do aplicado e registo oficial do mesmo, acrescentado que os mesmos seriam já aplicados à sessão em curso. -----

Composição dos grupos municipais da Assembleia Municipal do Sabugal

Partidos e Grupos de Cidadãos	Eleitos diretamente	Presidentes de Junta de Freguesia	Total	% de representação (A)
PSD	15	23	38	62,3
PS	13	4	17	27,9
CDU	2	0	2	3,3
CDS	1	0	1	1,6
Grupos de Cidadãos		3	3	4,9
Total	31	30	61	100,0

Distribuição dos tempos de intervenção no Período Antes da Ordem do Dia considerando 30 minutos regimentais e acréscimo de 2 minutos para acolher melhor representação dos três grupos municipais mais pequenos		Varição (diferença entre o n.º de minutos regimentais e o n.º de minutos ajustados)		
Proporção de (A)				
PSD.....	18,69	17	-1,69	
PS.....	8,37	9	0,63	
CDU.....	0,99	2	1,01	
CDS.....	0,48	1	0,52	
Grupos de Cidadãos....	1,47	3	1,53	
Minutos regimentais =	30	Minutos ajustados	32	2,00

PONTO 1 -----

I. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO: -----

a) ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29-12-2022 -----

Tomando a palavra, o senhor **Presidente da Assembleia** disse ter sido enviada a ata da Sessão Ordinária de 29 de dezembro de 2022, perguntando se algum dos membros pretendia intervir. ---

Na sequência de inscrição foi concedida a palavra ao senhor **Presidente da Junta da Rebolosa, Manuel Barros e ao** o senhor **José Escada** que apresentaram algumas correções formais ao texto, tendo as mesmas sido incluídas. O senhor **José Escada**, solicitou ainda esclarecimentos sobre o pedido da Associação dos Territórios do Côa fazer uma apresentação à assembleia, *associação que reputava de maior importância pelo que faz e pelo que não faz para o Sabugal*, referindo que o Presidente ainda não o tinha tratado na reunião anterior, tendo o Presidente respondido que o pedido em referência ainda se encontrava em análise, no sentido de ver do interesse em face da agenda das sessões da Assembleia. -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a ata à votação. -
A Assembleia Municipal **deliberou**, unanimidade, **aprovar a ata da sessão ordinária realizada no dia 29-12-2022**. Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

PONTO 2 -----

EXPEDIENTE -----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** procedeu à leitura do expediente: -----

➤ **Justificações de ausência:** Silvina Martins Vaz da Silva, substituída por Manuel Augusto Nabais; Sandro Manuel Martins Freire; Junta de Freguesia de Bismula, fazendo-se representar pelo Secretário da Junta de Freguesia, Miguel João dos Santos Tomé; Junta de Freguesia da Nave, fazendo-se representar pelo Tesoureiro da Junta da Nave, Paulo Abreu Correia, Junta de Freguesia de Vale de Espinho a informar da impossibilidade de comparecer na presente sessão;

Antes de proceder à apresentação de **moções/requerimentos/votos de pesar**, o senhor **Presidente da Assembleia** anunciou a todos os grupos municipais que na próxima sessão, uma vez que entrou em vigor o regimento, os requerimentos têm de ser enquadrados regimentalmente na sua formulação junto da Mesa da Assembleia. -----

Solicitou a palavra o senhor **João Aristides Duarte** para referir que na anterior sessão foi dito que teria de ser através de requerimento, e quem não fez o requerimento, não estará a cumprir o novo regimento, logo, as moções teriam de ser rejeitadas. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** disse que, nos termos regimentais, o senhor João Aristides Duarte tem razão. No entanto, considera que se deve ter alguma flexibilidade em termos de aplicação imediata de alguns requisitos do Regimento. Após questionar os membros sobre a integração destes documentos no expediente, e não havendo discordância, as moções/requerimentos/ votos de pesar foram aceites. -----

Tendo o senhor Presidente da Assembleia utilizado, na intervenção, em sentido figurativo o termo "democraticidade progressiva", o senhor **José Escada** solicitou a palavra para solicitar um pedido de esclarecimento sobre "*Qual é o conceito de democraticidade progressiva nesta assembleia?*" -

Em resposta, o senhor **Presidente da Assembleia** referiu que não podia dar aulas de democracia na Assembleia, mas esclarecia que se queria referir à prática democrática que cada um exerce na Assembleia, incluindo a do senhor José Escada. -----

Não havendo mais nada a acrescentar, o senhor Presidente da Assembleia prosseguiu com a apresentação dos documentos recebidos. -----

➤ **Voto Pesar** apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, pelo falecimento da Dr.^a Maria Liseta Martins Silva Terras Clamote: -----

"Considerando: -----

- a) O falecimento da Dr.^a Maria Liseta Martins Silva Terras Clamote, a 14 de janeiro de 2023; -----
- b) Que exerceu o cargo de Presidente da Assembleia Municipal do Sabugal de 1987 a 1993; -----
- c) Que o exercício de funções foi patado de enorme disponibilidade, elevado empenho e dedicação à causa pública;

O Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal delibere: Aprovar o presente 'Voto de Pesar' pelo seu falecimento; Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências; Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem." -----

A proposta foi colocada à votação, tendo a **Assembleia Municipal deliberado**, por unanimidade, **aprovar o Voto de Pesar, e cumprido o MINUTO DE SILÊNCIO**. -----

➤ **Moção Dia Internacional da Mulher**, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: -----

"O Dia Internacional da Mulher, instituído em 1910 (por proposta de Clara Zetkin) é um símbolo da luta das mulheres, em diferentes países e no mundo, contra a inferioridade que lhe foi imposta, na lei e na vida, e a exploração e opressão das trabalhadoras sujeitas a desumanas jornadas de trabalho, salários baixos e desproteção na gravidez e na maternidade. -----

Uma data que, em Portugal, está ligada à luta das mulheres, na sua oposição ao fascismo, à negação de direitos económicos, sociais, políticos e culturais. Uma data erguida na luta pela liberdade, democracia e paz. -----

Com a revolução de abril, e o que ela abriu de transformação das condições de vida com essa conquista que constituiu o poder local democrático, em si mesmo fator de progresso também sentido pelas mulheres no seu dia-a-dia, sucessivas gerações de mulheres tomaram nas suas mãos a luta pela consagração, na lei e na vida, dos seus direitos económicos, sociais, políticos e culturais e pela sua participação em igualdade em todos os domínios da sociedade. -----

Uma data que, desde então é comemorada em Portugal com diferentes iniciativas. -----

Uma data com memória, mas principalmente futuro na luta das mulheres pela igualdade no trabalho e na vida, cuja concretização é não só condição de progresso para as comunidades onde vivem, estudam e trabalham, como para a justiça e progresso do país. -----

Assembleia Municipal do Sabugal, reunida a 28 de fevereiro de 2023 saúda as mulheres do concelho, bem como as trabalhadoras da autarquia na passagem do Dia Internacional da Mulher apelando para que se associem a esta comemoração, dando força à sua determinação e vontade em viver e trabalhar em igualdade, no respeito pela sua dignidade e direitos plasmados na Constituição da República e num vasto conjunto de legislação que consagra a igualdade e a valorização do seu estatuto, enquanto trabalhadora, mãe e cidadã. -----

De igual modo se saúdam as mulheres eleitas nos diversos órgãos autárquicos, as que intervêm na área da igualdade. A Assembleia Municipal do Sabugal assume o compromisso de defesa dos direitos das mulheres como preocupação constante na sua atividade e nesse sentido delibera: -----

- a) Acompanhar a evolução da condição e estatuto das mulheres, enquanto, cidadãs e mães no concelho e pugnar por medidas que na esfera do poder central visem o cumprimento dos seus direitos e a concretização da igualdade no trabalho e na vida; -----*
- b) Promover pelos meios que considere adequados e valorização e a participação das mulheres ao longo da história do concelho. -----*
- c) Propor à Câmara Municipal a inclusão de medidas que visem a necessária articulação entre entidades e organizações nacionais e locais com vista a exigir do poder central as medidas conducentes à garantia e reforço do acesso das mulheres aos serviços públicos, designadamente na saúde, segurança social, à educação e a uma rede pública de equipamentos e serviços de apoio à infância, aos idosos e às pessoas com deficiência; -----*
- d) Contribuir de forma ativa para dar eficácia aos instrumentos de intervenção e apoio às vítimas de violência doméstica que responsabilize o poder central na criação de uma Rede de Apoio, articulada entre os diversos serviços públicos, autarquias e organizações sociais que devem intervir com vista a reforçar a informação, encaminhamento e sinalização das vítimas de violência doméstica; -----*
- e) Saudar as comemorações do Dia Internacional da Mulher e as organizações que as impulsionam, algumas com longa tradição na comemoração desta data, cujo lema deste ano é «Mil razões para lutar: os direitos das mulheres têm de contar.» -----*

Uma vez que a proposta de moção tem uma perspetiva genérica inicial e depois propõe cinco deliberações, o senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra aos grupos municipais, começando pelo grupo municipal do PSD: -----

O senhor **João Calva**, após cumprimentar os presentes, começou por dizer que os pontos propostos para deliberar não competem à Assembleia Municipal, uma vez que todos estão de acordo com os direitos, no entanto, não cabe à Assembleia comunicar ao poder central. -----

Pela parte do Grupo Municipal do PSD, o senhor **Carlos Borregana**, após cumprimentar os presentes, disse: *"A moção comporta duas partes, a parte genérica, em que o grupo municipal do PSD podia associar-se, mas, relativamente às cinco questões penso que não será correto o grupo associar-se, uma vez que iria ser votado, alínea a alínea, porque são pontos diferentes. Assim sendo, não estou a ver forma de nos associarmos na generalidade, portanto, não podemos fazer essa associação."* -----

Pela parte do Grupo Municipal do PS, depois de cumprimentar os presentes, o senhor **João Manso Dias** referiu: *"Nós também estamos de acordo com aquilo que agora foi dito, as cinco deliberações teriam de ser previamente discutidas uma a uma e aprovadas uma a uma, portanto, não podemos estar a fazer exatamente aquilo que nos está a ser pedido."* -----

Pela parte do Grupo Municipal do Grupo Municipal do CDS, o senhor **José Escada** disse: *"É para me associar às duas intervenções anteriores e dizer que é, de facto, uma matéria extremamente importante, que deve ter um tratamento bastante específico e apurado e que há alguma figura no regimento, que é o artigo 43.º que permite o agendamento de assuntos de interesse para os grupos municipais e desafio o grupo municipal da CDU a fazê-lo ao abrigo desta figura do regimento e trazer este assunto à discussão deste plenário, que me parece extremamente importante, mas não deste modo."* -----

Findas as intervenções dos grupos municipais, retomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para perguntar ao senhor João Manata sobre a aceitação ou não em separar as propostas, uma vez que a Assembleia não pode deliberar sobre matérias que não são da sua competência.-----

O senhor **João Manata** sugeriu alterar o termo '*deliberar*' por '*recomendar*', ao que o senhor **Presidente da Assembleia** respondeu não poder aceitar porque a formulação não estava feita em forma de recomendação, pelo que sugeria alteração aos termos da moção para eventual apresentação na próxima sessão. Em face desta intervenção, o senhor **João Manata** informou que retirava a proposta.-----

- **Moção de solidariedade com a Turquia e Síria e seus habitantes**, apresentado pelo Grupo Municipal do PS e subscrita por todos os restantes grupos municipais:-----

"Verificados os milhares de mortos ocorridos em ambos os países e os enormes danos materiais ocorridos naquela região martirizada do médio oriente pelos movimentos sísmicos ocorridos nas junções das falhas tectónicas que ali se

*cruzam, os eleitos da Assembleia Municipal do Sabugal, reunidos no dia 28 de fevereiro de 2023 desejam manifestar a sua solidariedade aos povos daquela região mártir e congratular-se: -----
- com a decisão de enviar uma missão humanitária portuguesa àquela região e com os resultados por ela conseguidos no curto espaço de tempo em que ali permaneceram e que ajudaram a recuperar vidas humanas, animais e a recuperar alguns dos cadáveres dispersos pelos escombros." -----*

O senhor **Presidente da Assembleia** questionou os grupos municipais se pretendiam intervir. Não havendo intervenções colocou a moção à votação, tendo a **Assembleia Municipal deliberado**, por unanimidade, **aprovar a moção** apresentada. -----

➤ **Moção – 1.º aniversário da invasão da Ucrânia**, apresentado pelo Grupo Municipal do PS e subscrita pelos restantes grupos municipais: -----

“Os eleitos da Assembleia Municipal do Sabugal, reunidos a 28 de fevereiro de 2023, defendem os princípios da autodeterminação dos povos e da soberania dos Estados, que as disputas internacionais sejam solucionadas por meios pacíficos, de modo a manter a paz e a segurança internacional. Neste sentido, decorrido um ano sobre a invasão da Ucrânia, condenamos veemente os atos de guerra perpetrados pela Federação Russa naquele país. Condenamos igualmente os desejos expansionistas territoriais, e os interesses económicos e geopolíticos de alguns países e organizações, que resultem na destruição e na perda de mais vidas humanas e demais perdas materiais. Hoje, o que verdadeiramente importa, é recuperar a paz no Leste Europeu e, na medida do possível, restabelecer negociações e firmar acordos que a garantem a longo prazo no respeito pela legislação internacional e pela integridade territorial da Ucrânia. Estamos a sair de uma pandemia, onde um vírus invisível suspendeu as nossas vidas, não vamos agora aceitar, que da escalada, envolvimento e confronto entre potências com capacidades nucleares, advenham novas consequências trágicas para toda a humanidade. Deixamos o nosso apelo, no sentido em que todos os esforços sejam feitos para assegurar, rapidamente, uma solução política que termine o conflito e refaça a paz nas condições acima referidas.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** questionou os grupos municipais se pretendiam intervir: -----
Tomou a palavra o Grupo Municipal do PSD, representado pelo senhor **Presidente da Junta do Baraçal, Carlos Borregana** que disse "*Naturalmente que o grupo municipal do PSD se associa a esta moção.*" -----

Grupo Municipal da CDU, representado pelo senhor **João Manata**: -----

“Esta moção apela àquilo a que nós temos vindo a lutar desde o início desta guerra, que nunca devia ter começado. que se faça a paz, porque os culpados são os russos por invadirem a Ucrânia, não há dúvida nenhuma. Uma invasão contra o direito internacional, mas também é preciso dizer que o atual poder ucraniano proibiu, por exemplo, o Partido Socialista da Ucrânia, que dias antes

tinha mandado ao primeiro-ministro António Costa, uma mensagem de parabéns e foi mandado para a clandestinidade. Não há inocentes no meio disto tudo, malditos os indivíduos que fazem a guerra e todos aqueles que as fomentam. -----

Grupo Municipal do CDS, representado pelo senhor **José Escada** disse: -----

"Obviamente que estou de acordo. Agora, gostaria de ter o texto à minha frente, porque, às vezes, os pormenores são importantes e seria importante nós podermos ler e surgir a sua, eventualmente, retificação deste ou daquele termo, incorporar este ou aquele conceito político, etc. Infelizmente assim não é possível, mas aprovo, como é evidente." -----

Por último, o senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao grupo municipal proponente - PS, representado pelo senhor José Pires Manso. Após cumprimentar os presentes disse: -----

"Em primeiro lugar, começar por pedir desculpa pelo facto de não ter feito o requerimento, eu sou um pouco aprendiz nestas novas funções e no novo regulamento. De qualquer maneira, o que tinha eram os documentos de trabalho para discutir no âmbito do Partido Socialista e, portanto, entregámos isso, supondo que isso bastava. O tema que está vertido na moção, a nossa ideia era que, efetivamente, tivesse o apoio unânime da assembleia e, felizmente, vejo que quem poderia levantar algum obstáculo está de acordo. Portanto, congratulamo-nos com os resultados." -----

Não havendo mais intervenções, a moção foi colocada à votação. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção apresentada. -----

Retomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia**, para dizer que neste tipo de matérias de natureza mais transversal, recomendava que pudesse haver maior participação de todos os grupos para efeitos de consensualização dos textos. -----

O senhor **Presidente da Junta do Baraçal, Carlos Borregana**, tomou a palavra para dizer que

"no seguimento do conselho do senhor Presidente da Assembleia, no início desta sessão, tive o cuidado de cumprimentar os representantes dos restantes grupos municipais." -----

A minha disposição para alguns assuntos, nomeadamente nos votos de pesar ou nos votos de louvor para tentarmos padronizar, ou de certa forma estabelecer algumas regras para que a unanimidade seja mais facilmente conseguida, portanto, do grupo do PSD estamos nessa disposição e já encetei esse trabalho." -----

O senhor **Presidente da Assembleia** retomou a palavra para afirmar que todos os representantes dos grupos vão fazer um esforço para esse efeito. -----

O senhor **João Manata** solicitou a palavra para discordar do senhor Presidente da Assembleia dizendo: "*Não, da nossa parte, as moções são de quem as apresenta. Cada um apresenta como entende, e cada um vota como quer. Nós entendemos assim, com consenso em outras questões mais importantes sim, agora numa moção não.*" -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Junta do Baraçal, Carlos Borregana** disse: -----

"Eu peço desculpa ao colega João Manata, eu falei com o seu colega, não consigo. De qualquer forma, eu referia-me aos votos de pesar e de louvor. As moções têm outra dinâmica e acredito que que não seja tão fácil esse consenso, mas referia-me aos outros aspetos." -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** passou ao ponto seguinte. -

PONTO 3 – ASSUNTOS DIVERSOS -----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos do Ponto III. -----

Na sequência de inscrição, foi dada a palavra aos grupos municipais, pela ordem: PSD, PS, CDU, Independentes e CDS. -----

Grupo Municipal do PSD -----

Senhor Presidente da Junta do Baraçal, **Carlos Borregana**: -----

"Cumprimento, antes de mais, o senhor Presidente e todos os presentes. Na minha primeira intervenção enquanto líder do grupo municipal do Partido Social Democrata, começo por agradecer o convite que me foi dirigido pelos órgãos do partido. Agradecer o compromisso da equipa da Sandra e do Doutor Serra e, naturalmente, agradecer o voto de confiança a todos os membros do grupo municipal do PSD, sem esquecer os membros independentes que a nós se quiseram juntar. É para eles que vamos trabalhar e para todos os eleitores aqui representados que nos vamos esforçar, é pelo compromisso do desígnio democrático que hoje inicio este mandato, que mais do que qualquer outra coisa me honra. Já todos me conhecem, já sabem com o que o podem contar, às vezes um pouco teórico, idealista quanto baste, inconformado quase sempre, crítico muitas vezes, político

afinal. Confesso-me social-democrata desde que tenho consciência política e ao partido tenho entregue o meu modesto contributo, tanto nos sucessivos momentos eleitorais, como também no quotidiano do debate político. Mas o partido nada me deve, nem eu a ele, as nossas contas sempre estiveram saldadas agora como estarão no futuro, estou no PSD sem agenda própria, sem amarras, ou condicionantes, sempre dono da minha liberdade. Procuraremos corresponder às vossas expectativas. Com a vossa ajuda, tentaremos contribuir para as reflexões mais ajustadas ao nosso concelho, criando soluções para o presente, mas perspetivando o futuro. Construiremos as melhores formas de aqui dar voz ao projeto político do executivo, criando sempre condições para um debate livre, saudável e democrático. Vivemos tempos difíceis. Hoje, o mundo é um lugar perigoso, como, aliás, sempre foi, só que agora conseguimos ver esse perigo da nossa janela lá no final da velha Europa, aí há homens e mulheres, como nós, a dar a sua vida em troca da esperança da liberdade, há políticos a entregar vidas em troca da preservação da democracia. A nós, por cá, é-nos pedido muito menos nestes tempos que, para muitos, são os últimos. Termino com uma palavra de esperança, fazendo votos de dois mil e vinte e três nos traga finalmente o fim desta agressão. O fim de uma guerra entre o totalitarismo e a democracia." -----

Senhor António Serra: -----

"Boa tarde a todos." -----

Cumprimento todos os membros da Assembleia na figura do senhor Presidente da Mesa da Assembleia e todos os membros do executivo na figura do senhor Presidente. Eu queria abordar um tema que já foi aqui várias vezes abordado e que tem alguma repercussão pública. Queria pôr aqui a questão de umas instalações de que o Sabugal necessita e que, neste momento já tem, já foram tanto referidas. Estou-me a referir às instalações da antiga fábrica Dache, onde funcionou o CVC, na vacinação em massa contra a covid era o melhor, o melhor CDC do distrito, mercê das suas instalações. Já ocorreram diversos eventos nesse espaço e acho que o Sabugal necessita de um espaço daquela dimensão e daquela importância. Gostava de saber em que ponto é que está essa situação." -----

Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Águas Belas, Sandra Fernandes: -----

"Boa tarde a todos, cumprimento todos os presentes. A minha pergunta também é dirigida ao senhor Presidente da Câmara, se é que nos podem elucidar acerca do ponto de situação das obras em execução no Sabugal, nomeadamente, a situação da sua concretização e a situação financeira de cada uma." -----

Senhora Elisabete Robalo: -----

"Boa tarde a todos. No passado mês de janeiro a CIM assinou no Fundão com a presença do excelentíssimo Primeiro-Ministro, um plano de cooperação com o IRHU, relativamente ao projeto de habitação de custos acessíveis, das Beiras e Serra da Estrela, no valor de oitenta e dois milhões de euros a afetar a setecentos imóveis dos quinze municípios. Assim, gostaríamos de perguntar ao senhor Presidente qual é a verba afeta ao Sabugal, já estão identificados os imóveis a reabilitar e quais os critérios para essa seleção." -----

Senhor **Presidente da União de Freguesias de Lageosa e Forcalhos, João Nunes:** -----

"Boa tarde a todos. Eu queria questionar, senhor Presidente, qual é o ponto da situação da dívida às águas do Zêzere e Côa." -----

Senhor **António Gata:** -----

"Boa tarde, mais uma vez." -----

A primeira questão que eu tinha para colocar já foi posta, acerca da recuperação dos imóveis através da CIM. Queria deixar de deixar também uma palavra de muita satisfação relativamente aos passadiços do Côa, saber se já pode levantar um bocadinho o véu do assunto e deixar-nos com algumas ideias daquilo que estarão, penso eu, no terreno a tentar a avançar com o projeto. A segunda questão é sobre um assunto em que já começo a ser recorrente, que é a estrada Sabugal-Guarda, gostaria de saber qual o ponto da situação e lembrarmo-nos de que nunca devemos esmorecer no trabalho que está a ser feito, até porque nunca podemos deitar a toalha ao chão, olhando agora para o que aconteceu na ligação a Espanha, pelas termas de Monfortinho, em que, depois de muita guerra e muita luta, de uma estrada com duas vias conseguiram transformar numa estrada com quatro vias." -----

Grupo Municipal do PS -----

Senhora **Marisa Martins:** -----

"Boa tarde a todos." -----

O jornal Público, na edição de vinte e dois de janeiro de dois mil e vinte e três, publicou um artigo cujo título era 'Câmara do Sabugal quer comprar o edifício que o Tribunal de Contas diz que é dela'. Também a TVI no Telejornal de vinte sete de janeiro, na rubrica 'Perplexidades', falou também sobre o tema. Este tipo de notícias não dão uma imagem positiva do nosso concelho, o prestigiado e oneroso advogado da Câmara do Sabugal defende que o caso não deve ser discutido publicamente, mas creio que os sabugalenses têm direito de serem informados. Sabemos que o município aguarda decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco. Solicitamos ao senhor Presidente da

Câmara que informe esta assembleia sobre o que sabe sobre este assunto. E pertencendo ao executivo desta câmara há tanto tempo, faça-nos um historial sobre este caso, se poder." -----

Senhor João Manso Dias: -----

"Senhor Presidente, tenho dois assuntos um bocadinho distintos a apresentar. O primeiro assunto tem a ver exatamente com a educação, como todos nós sabemos, a transferência de competências na educação dá às autarquias uma responsabilidade acrescida nesta área. É fundamental o apoio que a Câmara Municipal do Sabugal dá ao agrupamento de escolas do Sabugal. Faço votos para que no próximo ano letivo seja possível dar a todos os alunos do primeiro ciclo as AEC, visto que este ano letivo isso não foi possível. Pedia ao executivo camarário também que fizesse uma reflexão sobre o número de deslocações/visitas de estudo que o executivo vai financiar ao longo deste ano letivo. Como sabe, há imensas deslocações, nomeadamente no desporto escolar. Para reduzir o número de visitas de estudo, os departamentos de ensino têm feito um trabalho em rede, sete viagens pagas pela autarquia para um universo de tantos níveis de ensino, creio que é um número pequeno. Peço ao senhor Presidente que possa reforçar a verba nesta rubrica para que todos os alunos possam usufruir de uma educação completa, caso contrário, os que têm mais dificuldades económicas dificilmente poderão acompanhar os seus colegas nessas visitas. Senhor Presidente, é um investimento que estamos a fazer nos jovens, no nosso concelho e não uma despesa. Relativamente ao outro assunto, as obras que estão a decorrer à volta do Agrupamento de Escolas de Sabugal, estão a decorrer até com ritmo que creio correto. Nós já detetámos e eu, nomeadamente, até já falei com um dos engenheiros da Câmara, numa questão que se vai colocar no futuro, que é a colocação da ciclovía na estrada que é só de um sentido, vai implicar que, no futuro, o número de estacionamento à volta da escola diminua consideravelmente. Sei que estão a fazer o parque de estacionamento para a outra rua, mas fica longe da entrada da escola e o próprio estacionamento das piscinas municipais não vão comportar tantos carros. Creio que poderia haver uma solução fácil para resolver o problema. Se pretender o contributo de mim ou de outras pessoas, estarei ao dispor para dar essas minhas ideias." -----

Senhor Alexandre Gonçalves: -----

"No dia 9 de janeiro de 2023, a convite da Dra. Amália Fonseca, coordenadora do Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta no Sabugal, estive presente na 31ª sessão do "Clube de Leitura do Sabugal" que decorreu na Biblioteca Municipal do Sabugal. Uma palavra de apreço à Câmara Municipal do Sabugal, pois é parceira no projeto de continuidade "Clube de Leitura do Sabugal". "Lê-se Inclusão", foi o nome que decidi dar a este encontro, no qual abordei a importância da inclusão e o reforço da mesma através da leitura e da escrita. Os livros, e as oficinas de leitura e de escrita promovem seguramente a inclusão e a literacia." -----

É fundamental que os políticos que governam os territórios tenham sensibilidade para abraçar este tipo de iniciativas e projetos, assim como para perceber a relevância dos mesmos junto das comunidades. No meu caso, que trabalho no Município da Guarda e desenvolvo vários projetos socioeducativos em diferentes instituições e escolas do Concelho da Guarda, é essencial presenciar essa sensibilidade não só por parte dos responsáveis políticos, como também por parte dos responsáveis das instituições e diretores dos Agrupamentos de Escolas. -----

O encontro terminou com o convite, que muito me honrou, para que no início do próximo ano letivo regressasse ao "Clube de Leitura do Sabugal" e que elabore, a pedido dos participantes e juntamente com eles, um texto coletivo sobre o tema da inclusão. -----

Os participantes foram extraordinários, para além da simpatia com que me receberam, mostraram compromisso com a atividade "Lê-se Inclusão". O "Clube de Leitura do Sabugal" promove o encanto que envolve a leitura, mas, e felizmente, vai muito mais longe, criando hábitos sociais e culturais que amputam o isolamento, reforçam o conhecimento e a literacia, aproximam as pessoas e favorecem o diálogo construtivo, o convívio, a pesquisa, a inclusão e a criatividade. As atividades são bastante diversificadas e, nesse contexto, acaba por ser determinante para o sucesso do "Clube de Leitura do Sabugal." -----

Grupo Municipal da CDU -----

Senhor **João Manata**: -----

"Era para fazer duas sugestões à Câmara Municipal do Sabugal. uma delas é para saber se a Câmara pensava, a longo prazo, adquirir e recuperar a zona histórica que é um ex-libris importantíssimo para o Sabugal. A outra questão era a renovação da biblioteca municipal porque tem aparecido poucos livros novos." -----

Senhor **João Aristides**: -----

"Gostaria de dar os parabéns à programação cultural da Câmara do Sabugal que tem aparecido nos últimos tempos." -----

Grupo Municipal do CDS -----

Senhor **José Escada**: -----

"No seguimento da intervenção da Marisa, sobre o caso DACHE, acrescento que todos concordarão que a forma como o tema foi apresentado em nada prestigia o Concelho, esta Assembleia e a Câmara Municipal. -----

Na opinião publica nacional ficou a ideia que a Câmara, com o apoio desta Assembleia, muito tem litigado e tudo tem feito para pagar 710 mil euros por um edificio que o Tribunal diz que é da Câmara e que esta diz que não lhe pertence! -----

Coloco então as seguintes questões. -----

1)Vai a Câmara continuar a invocar o segredo de justiça ou antes vai optar pelo valor supremo da representação democrática e informa exhaustivamente, de uma forma clara e precisa, toda esta Assembleia? Se sim solicito que o faça hoje ou em próxima AMS? -----

Creio que é claro para todos que estamos em presença de dois interesses antagónicos. Por um lado, o interesse do Estado, representado, neste caso, por V.Ex^a. Por outro lado, temos interesses, legítimos ou não, dos investidores e empresários. -----

Estranho é que a Câmara venha contestar uma decisão do Estado usando argumentos que contrariam a posição do Estado e defendem os interesses privados. -----

Então a segunda pergunta que eu faço é muito clara: -----

2)Quanto a Câmara pagou ao advogado Batalhão para, na contestação da decisão do Tribunal, utilizar argumentos que são exatamente os mesmo da contraparte DACHE e, mais, que aconselhou a Câmara, a meu ver, mal a invocar o segredo de justiça para sonegar informação aos representantes eleitos, subvertendo ordem de prioridades da nossa democracia. -----

Findas as intervenções, e antes de conceder a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas, o senhor Presidente da Assembleia informou que os grupos municipais ainda dispunham de tempo para uma segunda ronda de intervenções. -----

Após cumprimentar os presentes, o senhor **Presidente da Câmara** começou por responder ao senhor Presidente da Junta do Baraçal dizendo que gostou muito da sua intervenção, desprendida, como é costume, e apanágio. "*Não estás comprometido com nenhuma situação partidária, estás aqui para defender os interesses do concelho e da estratégia que o Partido Social Democrata apresentou às últimas eleições, por isso, agradeço as palavras que referiste e nesse sentido, vamos todos trabalhar.*" -----

Em resposta ao tema da Dache, abordado pelo senhor António Serra, pelo grupo municipal do PS e pelo CDS, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

"Como todos sabem, em dois mil e dezoito, foi tomada nesta assembleia uma intenção política de adquirir um edifício que, na altura, todos nós entendemos que fazia falta ao concelho, uma vez que não tínhamos nenhum espaço fechado com dimensão e com a dignidade que aquele espaço tinha para a realização de feiras e eventos. Também serviu para aquilo que o senhor António Serra referiu, amplamente divulgado a nível do distrito, que foi um dos melhores centros de vacinação, com todas as condições e com dignidade. A decisão foi tomada nesta assembleia, como já referi, depois as coisas não correram como nós desejávamos. O Tribunal de Contas não visou a respetiva compra e a partir daí gerou-se uma situação muito complexa para nós, e temos andado com uma situação jurídica complicada a partir desse momento. Numa segunda fase, como vocês se recordam, também votado nesta assembleia. Novamente e já quando não era necessário o visto do Tribunal de Contas, porque a lei foi alterada, nós entendemos não avançar com o procedimento e notificámos o proprietário da decisão do Tribunal de Contas, o proprietário entendeu colocar o assunto no Tribunal Fiscal e Administrativo de Castelo Branco por não concordar com a decisão e temos estado a aguardar a decisão. Aquilo que vos posso adiantar é há cerca de quinze dias, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco notificou o município para se pronunciar acerca de determinadas questões que o tribunal nos endereçou, e que a CMS já enviou. Atualmente, estamos a aguardar a decisão. -----

Tudo o que noticiado na comunicação social, o tempo irá encarregar-se de esclarecer essas questões e depois cá estaremos nós para pedir responsabilidades a quem são os responsáveis por essa questão ter acontecido. " -----

Respondendo à intervenção da Presidente da Junta de Freguesia de Águas Belas, o senhor **Presidente da Câmara** disse que estão a decorrer uma série de obras, algumas financiadas (no âmbito do PARU) e outras não. *"A obra que decorre na envolvimento da Câmara é financiada no âmbito do PARU, e que visa dar continuidade à rua 5 de Outubro, e é uma obra que está um bocadinho atrasada, como todas, muito fruto da conjuntura neste momento, com falta de materiais, falta de mão de obra, mas penso que estará terminada dentro do prazo. Todas estas obras que estão a ser financiadas, têm de estar terminadas até trinta e um de dezembro, tanto financeira como fisicamente. A questão da outra obra financiada Smart Work Center é uma obra que também está um pouco atrasada, mas já reunimos com o empreiteiro, uma vez que a CCDR nos está a pressionar. Esta é uma obra de um milhão e duzentos mil euros, com financiamento. As obras da entrada Sul e requalificação da praia fluvial são obras que estão incluídas no empréstimo, e o empréstimo vai terminar dentro de 15 dias. O orçamento de Estado traz uma nova regra de que prolonga mais dois anos os empréstimos contratados até 31 de dezembro de dois mil e vinte e dois. Não é o nosso caso, uma vez que já havia sido prorrogado no âmbito do COVID. As obras não estão concluídas, o que quer dizer que relativamente a essas obras do empréstimo, vamos ter que na próxima assembleia aprovar aqui um novo empréstimo, não só para a conclusão dessas obras, mas também para outras obras que entendamos ser obras estruturais e que cujos projetos já temos*

prontos. O assunto já foi abordado em reunião extraordinária do executivo, e deverá vir na próxima assembleia." -----

Relativamente à questão colocada pela senhora Elisabete Robalo, o senhor **Presidente da Câmara** disse que "nós assinámos, no Fundão, com toda a pompa e circunstância onde estava presente o Primeiro-Ministro, quatro ministros e três secretários de Estado, um projeto que visa a habitação a custos acessíveis para o território. Foi assinado o protocolo de oitena e dois milhões de euros, divididos pelos quinze municípios. No Sabugal, indicámos que há necessidade de intervenção em vinte e quatro habitações, no valor de um milhão de euros. Nós entendemos que devíamos indicar estas vinte e quatro habitações, e para responder ao senhor João Manata, indicámos todas estas habitações dentro da zona histórica. Há uma listagem de 24 habitações com proprietário, com o valor da matriz, o valor das obras a realizar nas habitações, portanto, esse processo está feito pelos nossos serviços. Segue-se agora a assinatura do contrato com o IRHU. Esta intervenção não tem financiamento a fundo perdido, é um empréstimo que o IRHU vai fazer ao município, através da CIM, em que o IRHU empresta dinheiro para adquirir as habitações, fazer as respetivas obras e nós vamos amortizar esse empréstimo com a renda, acessível, a ser fixada pelo IHRU para que tenhamos oferta em termos de habitação. Nós já temos uma equipa formada na Câmara para avançarmos com este projeto. Vai ser um projeto moroso, com muitas dificuldades, porque há pessoas que podem não querer vender." -----

Relativamente à questão da dívida das águas que o senhor João Nunes colocou, felizmente que, nesta situação, nos veio dar razão, ou seja, o Município do Sabugal nunca concordou pagar aquilo que as águas exigiam. O Tribunal Administrativo e Fiscal do Sul, através de um processo de arbitragem, proferiu uma sentença muito extensa, mas que está a ser analisada pelo nosso advogado, Dr. Pimentel, desde o início do processo. Portanto, nós tínhamos uma dívida de cerca de dois milhões e setecentos mil euros. Chamo a atenção que, aquando da negociação, com o ministro do Ambiente, Jorge Moreira da Silva foi acordado dezanove milhões de euros a distribuir pelos quinze municípios. O Sabugal tinha uma quantia de cerca de um milhão e novecentos mil euros a abater a esta dívida, portanto, este acórdão já contempla esse acordo. Portanto, neste momento, passámos de devedores a credores porque o tribunal deu-nos razão em toda a linha relativamente aos anos de dois mil e doze, dois mil e treze e dois mil e catorze. Obviamente há disparidades entre municípios, porque há municípios que nunca pagaram nada. O caso do Sabugal é diferente porque desde dois mil e doze para cá pagou o que estava previsto no acordo, 80% do valor da fatura do saneamento, valor esse que fomos pagando gradualmente. A dívida refere-se ao diferencial da fatura, portanto, neste momento, posso vos dizer que passamos a credores, segundo as contas que nós fizemos. Importa referir que não é uma situação definitiva, como sabem, é passível de recurso, nesse sentido foi agendada uma reunião com o senhor Ministro, e os municípios

entenderam não falar com as águas de Lisboa e Vale do Tejo, mas falar com a tutela no dia três de março em Lisboa, com o ministro do Ambiente Duarte Cordeiro, para chegarmos a um acordo." ----

Em resposta ao senhor António Gata, o senhor **Presidente da Câmara** disse que o projeto dos passadiços está no plano e orçamento, *"já temos adjudicado o estudo, o levantamento e o projeto. Nesta fase é o estudo para que se faça a monitorização do rio em duas fases, fase 1 - desde a nascente até à barragem.; fase 2 - desde a barragem até ao limite do concelho. É feito por 2 fases porque é um percurso extenso, mas o nosso objetivo é ter uma caracterização correta do que é a fauna, a flora, levantamento dos pontões, das poldras, dos moinhos de água e dos açudes para candidatar-mos no PT2030, porque já nos foi garantido que haverá linhas de financiamento para este tipo de intervenções. A ideia é fazermos os nossos passadiços, mas de uma forma muito mais natural, e acompanhando aquilo que temos ao longo do rio, as PR's mas com outras valências, como painéis informativos e com zonas de descanso. No fundo é manter a natureza conforme ela está, mas melhorando a acessibilidade, e acho que é uma boa forma de preservarmos natureza e a biodiversidade. A questão da ligação à Guarda, como sabem, também adjudicámos o projeto. Quem vai liderar o processo é a Câmara do Sabugal. Entendemos com a Câmara da Guarda sermos nós a lançar o procedimento, depois haverá um ressarcimento do valor da parte do projeto por parte da Câmara da Guarda. Aguardamos que o projetista nos faça a entrega do projeto para marcarmos uma reunião com as infraestruturas de Portugal para o apresentar, sendo certo que o projeto não vai custar cinco milhões de euros. Aquilo que está previsto em termos de orçamento por parte de projetista, ronda os catorze milhões de euros. Portanto, teremos que ter capacidade negocial junto das Infraestruturas de Portugal, das quais já tivemos alguma abertura, no entanto, quem liberta o dinheiro é o senhor ministro das Finanças, as infraestruturas de Portugal já manifestaram vontade em colocá-la no seu plano e Orçamento para dois mil e vinte e quatro. Relativamente ao IC que referiu, está no plano rodoviário nacional já há muito tempo e será realizado, mas com verba do leilão do 5G."* -----

Relativamente à questão da Educação colocada pelo grupo municipal do PS, o senhor Presidente da Câmara concedeu a palavra à senhora Vice-Presidente da Câmara para responder à questão. Após cumprimentar os presentes, a senhora **Vice-Presidente da Câmara** disse: -----

"Relativamente às AEC's, na última assembleia já tínhamos abordado o assunto. Obviamente que temos de melhorar, neste momento, damos AEC's dentro das possibilidades e de acordo com as inscrições que foram feitas no início do ano letivo, como já tinha referido. No próximo ano letivo o objetivo será que todos os alunos tenham AEC's e nisso estamos de acordo. Sobre o número de deslocações ou viagens há duas situações diferentes, uma são as viagens de estudo, outras são as deslocações para o desporto escolar. Aquilo que ficou acordado na época pré-covid com o grupo de professores da área do desporto era que havia a possibilidade de se candidatarem as

deslocações do desporto escolar, ou seja, esse esforço podia ser feito pelo ministério, não havia necessidade do município estar a fazer esse esforço. Até fui eu que entrei em contacto com o diretor do agrupamento para se rever esta situação, porque aquilo que o município pretende fazer, obviamente, é dar a possibilidade a todos os alunos de fazerem viagens de estudo, que enriqueçam a sua experiência pessoal e a sua experiência académica. Portanto faremos aquilo que é possível sempre em coordenação com o agrupamento, e penso que nisso não temos nenhuma questão." –

Ainda sobre as questões colocadas pelo grupo municipal do PS, e em resposta ao senhor João Manso Dias, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

"É óbvio que vai limitar um bocadinho os lugares de estacionamento, mas procuraremos minorar essa questão a um local junto às piscinas que pode eventualmente ser preparado para estacionamentos. Importa referir que o objetivo da candidatura é a via ciclável de mobilidade suave, caso contrário não tínhamos financiamento para a obra." -----

Em resposta à intervenção do senhor Alexandre Gonçalves, o senhor Presidente da Câmara concedeu a palavra à senhora **Vice-Presidente da Câmara** começando por agradecer ao senhor Alexandre Gonçalves a sua presença no clube de leitura, "e é com muito gosto que o receberemos novamente. O clube de leitura tem uma importância fundamental em termos da dinâmica social no concelho, ou seja, permite às pessoas, sobretudo aos seniores, a terem uma atividade que permite a integração, a interação e combate o isolamento, ao mesmo tempo que promove também bons hábitos." -----

Sobre a questão da biblioteca levantada pelo senhor João Manata, o senhor **Presidente da Câmara** referiu que o município do Sabugal vai aderir à rede de bibliotecas nacionais, "para depois obtermos financiamento para melhoramento da nossa biblioteca, não só em termos de conteúdos, mas também em termos de obra." -----

Em resposta ao senhor João Aristides Duarte começou por agradecer a preferência e disse que procurariam continuar com a agenda cultural. -----

Em relação ao senhor José Escada, o senhor **Presidente da Câmara** disse que relativamente à Dache não iria acrescentar mais nada, "só acrescento que está bem informado, que tem acompanhado o processo, e fico satisfeito por isso. Relativamente à questão dos honorários, não tenho aqui, mas procurarei trazer na próxima sessão." -----

Findos os esclarecimentos, seguiu-se a segunda volta de perguntas. -----

Grupo Municipal do PSD -----

Senhor **António Gata**: -----

Retomou a palavra para, na sequência das intervenções da primeira ronda sobre a obra Circular Interna de Mobilidade Suave, abordar o estrangulamento junto ao Fausto Baltazar e questionar o senhor Presidente da Câmara se irá ficar com 1 ou 2 sentidos. -----

Grupo Municipal do PS -----

Senhor **João Manso Dias**: -----

"Ainda sobre a Dache, o senhor Presidente disse que não diria mais nada, mas só queria fazer aqui a seguinte referência. O senhor Presidente mudou um bocadinho o seu modo de atuando relativamente aos dois órgãos de comunicação social. Relativamente ao jornal O Público ainda respondeu a algumas questões, pelo menos era isso que vinha no artigo, que terá dado algumas respostas. E ao órgão de comunicação social da televisão não disse nada. Acho que tem todo o direito a Câmara Municipal não querer responder, mas numa situação destas, acho que era importante a Câmara dar ao órgão de comunicação um comunicado, apresentando aquilo que a câmara defende, senão a notícia é 'mais bombástica'. Não sou perito em comunicação social, mas é a minha visão de ver as coisas. -----

Relativamente à questão da Educação, e sobre a perda de lugares de estacionamento o senhor João Manso Dias sugeriu ao senhor Presidente da Câmara a utilização de um terreno da escola, sendo apenas necessário construir uma rampa de acesso e uma vedação, e dessa forma a cidade do Sabugal saía valorizada, porque saíam da via pública cerca de 80 a 90 veículos." -----

Dirigindo-se à senhora Vice-Presidente da Câmara disse: "Quando eu falo das sete visitas de estudo, senhora Vice-Presidente da Câmara, se nós contamos o pré-primário e primário já são cinco níveis de ensino, o terceiro ciclo são mais cinco níveis de ensino, o secundário mais três níveis de ensino, somando tudo são treze níveis de ensino. Eu acho que se a câmara pagasse uma visita de estudo por ciclo, eu acho que era o fundamental. Claro que tem que reforçar um bocadinho a rubrica nessa área." -----

Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder às questões levantadas. -----

Em resposta à questão do senhor António Gata, o senhor **Presidente da Câmara** disse que a perceção de estrangulamento que se tem é por estarem a decorrer as obras e não se poder encostar ao passeio. *"Aquilo foi calculado, mas está a ganhar-se espaço num dos lados, o poste vai ser deslocalizado, está a ser cortado o passeio junto à funerária, e com isso está a melhorar-se o espaço assim que esteja concluído."* -----

Em resposta ao senhor João Manso Dias disse que as afirmações que estão no jornal não são afirmações dele, foram retiradas da resposta que o gabinete jurídico deu ao jornalista. Realçou ainda nunca ter feito qualquer declaração aos meios de comunicação social. *"Eu fiz questão de esclarecer isto ao jornalista, eu nunca dei declaração nenhuma, porque entendo que não quero prejudicar a investigação e o processo, portanto, foi esse o entendimento que tive e é esse o entendimento que vou continuar a ter. Relativamente ao estacionamento, penso que é uma boa solução, vamos estudá-la também."* -----

Não havendo mais intervenções, e após um intervalo, o senhor **Presidente da Assembleia** passou ao ponto seguinte. -----

ORDEM DO DIA

PONTO 01 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA INICIATIVA QUE A REQUERENTE, EÓLICA CAMPANÁRIO, S.A., PRETENDE LEVAR A EFEITO E QUE VISA A INSTALAÇÃO DE UM AEROGERADOR EÓLICO E CAMINHO DE ACESSO NO SUB-PARQUE DE SÃO CORNÉLIO (PARQUE EÓLICO DA RAIA)-----

O senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

"Este ponto voltou a ser reagendado, foi adicionando um memorando da empresa com alguns esclarecimentos e as conclusões de uma negociação. Relativamente a esta questão, a lei foi alterada. Toda a potência eólica instalada no território antes de entrar em vigor a nova lei determinava que 2,5% da produção da energia eólica revertia para o município. Com a entrada em vigor da lei 72/2022 há um pagamento único por cada megawatt instalado, no valor de 13.500,00€, pago pelo Fundo Ambiental. Toda a instalação a partir da entrada em vigor desta lei, seja fotovoltaica ou eólica, já não tem lugar a pagamento de dois e meio por cento como tinha antigamente, mas sim a um pagamento único. Portanto, esta já se enquadra nesta situação de pagamento único. Nós conseguimos que a empresa, tendo em conta que se trata de um sobre equipamento, conseguimos negociar, além dos valores do Fundo Ambiental, negociar 1% da produção de energia produzida para pagar ao município, que poderá estar entre 6.300€ e 12.600€ por ano. E uma contribuição extraordinária no valor de 50.000,00€ para melhoramentos de infraestruturas no Dirão da Rua. Obviamente que este valor poderá ser alavancado com mais algum valor da Câmara para melhoramentos nas infraestruturas à volta do parque que poderão

ficar danificadas com a construção desta infraestrutura. Acho que foi uma boa negociação e penso que, relativamente a essa questão, estarão reunidas as condições para que possamos hoje aqui aprovar o interesse municipal relativamente a esta infraestrutura.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou aos grupos municipais se pretendiam intervir. ---
Grupo Municipal do PS -----

Após cumprimentar os presentes, o senhor **Filipe Nunes** disse: *"No seguimento da Assembleia anterior, o grupo do PS também vai de encontro às necessidades e às palavras do Presidente da Junta de Freguesia de Sortelha. Com este memorando da empresa verificamos também que as condições, as mais-valias compensatórias também vão de encontro ao PDM do Sabugal, portanto, nesse sentido, iremos votar favoravelmente a ampliação do sub-parque ou do parque eólico. Contudo, queríamos ressaltar aqui três pontos em que gostaríamos que o executivo se comprometesse, o primeiro, nomeadamente com um esclarecimento público às populações que vão ser intervencionadas por esta infraestrutura, nomeadamente as populações do Dirão da Rua e Águas Belas, porque pelo que li na memória descritiva, toda a infraestrutura irá passar na localidade de Águas Belas, portanto, seria útil envolver as Juntas de Freguesia e as populações numa sessão de esclarecimento. O segundo ponto era assumir também o compromisso numa necessidade sentida na população do Dirão da Rua, uma vez que não existe abastecimento de água pública, sendo atualmente abastecida pelo autotanque dos bombeiros. Seria uma boa altura de assumir esse compromisso com a população do Dirão da Rua. O terceiro ponto, e como o senhor Presidente disse, a legislação alterou e eu acho que neste ponto, o concelho do Sabugal não pode estar subjetivo às legislações do do Governo Central, e já é tempo, e lanço-lhe este desafio, de fazer um regulamento que tivesse vertido todas as condições para este tipo de empresas trabalharem no nosso concelho, quer com parques eólicos, parques fotovoltaicos ou outro tipo de energias alternativas. Acho que seria útil para o concelho de Sabugal." -----*

Grupo Municipal da CDU -----

Senhor **João Manata** -----

"Nós somos completamente a favor de energia verde, mas vamos votar contra. Acho que as contrapartidas são mínimas tendo em conta o impacto visual que aquilo vai ter. Por isso, na nossa opinião, não devia ser aprovado." -----

Grupo Municipal Independente -----

Senhora **Secretária da Junta de Freguesia de Sortelha, Fernanda Esteves:** -----

Após cumprimentar os presentes, a senhora Fernanda Esteves disse que tendo em conta que a Junta de Freguesia de Sortelha não foi contactada para qualquer negociação, a posição do grupo municipal Independente será a abstenção. -----

Grupo Municipal do CDS -----

Senhor **José Escada**:

*"A minha intervenção na sessão anterior foi feita no pressuposto de que ao sobre equipamento se aplicava a mesma remuneração do Parque Eólico existente. Afinal não é assim. A energia produzida pela nova turbina não terá prioridade de acesso à rede, preço não é garantido e a remuneração será ditada pelo mercado. -----
Reafirmo os argumentos que aduzi na sessão de dezembro passado e voto contra." -----*

Após as questões, retomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para responder às questões levantadas. -----

Em relação às questões levantadas pelo senhor Filipe Nunes, o senhor **Presidente da Câmara** disse:

"É óbvio que aquando da realização da obra, tanto a empresa como nós teremos que, obviamente, contactar as forças vivas das freguesias das localidades onde porventura possa ter que haver algum constrangimento em termos de trânsito e outras situações, isso será salvaguardado. Relativamente ao compromisso, já na última assembleia referi, peço desculpa se não foi nestes termos, que o projeto de água já estava a ser elaborado, o levantamento já está a ser feito, portanto, não preciso de tomar nenhum compromisso. Relativamente ao regulamento, volta a insistir com isso, mas o regulamento não se pode sobrepor à lei. Não é com o regulamento que vamos conseguir obter mais contrapartidas, acho eu, mas vamos analisar, obviamente. A CDU vota contra, tudo bem, mas Sortelha já tem 17 torres eólicas, obviamente que esta vai ter mais impacto." -----

Respondendo à intervenção da senhora Fernanda Esteves (secretária da Junta de Freguesia de Sortelha) e do senhor José Escada, o senhor **Presidente da Câmara** disse: *"Realmente a Junta não foi contactada, mas a intervenção do senhor Presidente da Junta de Sortelha na última sessão foi no sentido de tentarmos obter contrapartidas nestas duas situações, na questão da infraestrutura de abastecimento de água, que já estava a ser elaborada, e na questão da pavimentação da acessibilidade. Se conseguirmos, vamos fazer as duas coisas, portanto, acho que os anseios da Junta foram aqui salvaguardados. Mas podíamos ter, obviamente, contactado a Junta de Freguesia e peço desculpa por isso. -----*

Sobre a intervenção do senhor José Escada não tenho nada a acrescentar." -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação: A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 9983, datada de 03-10-2022, **deliberou**, por maioria, com 3 votos contra: 1 Grupo Municipal do CDS e 2 Grupo Municipal da CDU, 15 abstenções do Grupo Municipal do PS e 2 do Grupo Municipal de Juntas de Freguesia Independentes, e 1 abstenção do Grupo Municipal do PSD (senhor Germano Fernandes), **reconhecer o interesse público municipal da iniciativa que a requerente, Eólica Campanário, S.A., pretende levar a efeito e que visa a instalação de um aerogerador eólico e caminho de**

acesso no sub-parque de São Cornélio (Parque Eólico da Raia), nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

Pelo senhor **José Escada** foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

“Voto contra porque condeno vivamente que após um longo processo que envolveu EIA – AIA – Consulta Pública – RECAPE ... apenas hoje sejam conhecidas as parcas contrapartidas para o território. E mais ainda que não tenham sido atempadamente levadas ao conhecimento dos municípios e dos fregueses de Sortelha para estes terem a possibilidade de estabelecer uma relação custo-benefício, e se manifestarem, com informação, em fase de consulta pública. -----

O quadro legal anterior era claro em matéria de remuneração. O atual não o é. E não o sendo, este facto deveria ter sido considerado em fase de consulta pública. Absolutamente lamentável que tudo tenha decorrido nas costas das populações. -----

Faço notar ainda que a capacidade de absorção de eletricidade pela atual configuração da RNT não é ilimitada. Este projeto pode determinar que outro de maior utilidade para o Sabugal não seja possível de concretizar por impossibilidade de escoamento da energia. -----

Esta Assembleia não deveria ter reconhecido o interesse municipal do projeto. O interesse é sim nacional. E sendo nacional deverá ser a Assembleia da República a reconhecer o interesse. A nós resta-nos protestar contra o processo de licenciamento que foi desenvolvido até ao presente.” ----

PONTO 02 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO CÔA

O senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

“Todos conhecem esta associação, teve muita atividade há uma série de anos. Era uma associação cuja atividade era muito direcionada na zona do Vale do Côa. E, obviamente que havia municípios que não se reviam na estratégia e ela foi abandonada. Esta associação caiu e foi criada a Associação Territórios do Côa, no mesmo formato. Só que o processo arrastou-se e foi necessário fazer uma assembleia no final do ano, juntar uma série de elementos para que ela possa ser extinta. Foi feita a ata, todos os presidentes estiveram presentes. Aquilo que se propõe aqui é que a assembleia aprove a extinção para comunicarmos ao Tribunal de Contas que ela está definitivamente extinta.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou aos grupos municipais se pretendiam intervir. ---
Grupo Municipal do CDS -----

Senhor **José Escada**: -----

“Sempre que se distingue uma instituição com o nome que, aparentemente seria bastante útil para o concelho, era importante surgir um relatório escrito com os porquês, a atividade desenvolvida, o que foi sucesso, que foi o insucesso, porque só assim promovemos melhoria no associativismo.”

Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para responder, tendo dito que a associação está sem atividade há cerca de 8 anos, pelo que não tem relatório. -----

Sobre o assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** informou que que era embaixador da associação em causa, mas os embaixadores nunca reuniram. *É evidente que, quando foi a entrada do Sabugal para esta associação, pagava-se uma quota de 1%, depois passou para um bocadinho mais, portanto, o contributo do município para o funcionamento corrente da assembleia dessa associação era residual, mas creio que era a proporção dos custos de funcionamento.* -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação: A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 414, datada de 13-01-2023, **deliberou**, por maioria, com a abstenção do Grupo Municipal do CDS (senhor José Escada), **aprovar a extinção da Associação de Municípios do Vale do Côa**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

PONTO 03 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PONTO DE CARREGAMENTO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS (PCOVE) – LOTE 1 (SOITO) E LOTE 2 (SABUGAL) -----

O senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

"Dando continuidade à cobertura da qual é intenção do município, uma vez que estamos na transição energética, vamos colocar mais dois postos de carregamento no Soito e um no Sabugal. Como esta infraestrutura vai ser operada por um operador, tem de se abrir um concurso, porque vai utilizar infraestrutura pública, um lugar de estacionamento, do qual há lugar ao pagamento de uma taxa. Para esta situação, quem tem competência é a Assembleia Municipal, portanto, aquilo que se pretende é que a Assembleia Municipal delibere autorização para abrir o procedimento. Já deliberámos em Reunião de Câmara a decisão de contratar, a escolha do procedimento, programa de procedimento, designação do júri, para que possamos abrir o procedimento, ir ao mercado para encontrar um operador para estes dois postos de carregamento." -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou aos grupos municipais se pretendiam intervir. –
Grupo Municipal do PSD -----

Após cumprimentar os presentes, o senhor **Presidente da Junta do Soito, Tiago Nabais**, disse: *"Enquanto Presidente da Junta de Freguesia do Soito, obviamente, fico satisfeito com a abertura*

deste procedimento. Lamento apenas que um território com a extensão do Sabugal tenha apenas 2 lotes. Merecemos mais postos e espero que em breve haja a abertura de novos procedimentos. Mas também queria deixar aqui um reparo, é que em futuros procedimentos, não aconteça aquilo que sucedeu no Soito, em que o posto de carregamento está há cerca de 2 anos à espera desta abertura.” -----

Grupo Municipal do PS -----

A senhora **Marisa Martins** sugeriu a inclusão de um posto de carregamento elétrico junto à escola.

Grupo Municipal do CDS -----

O senhor **José Escada** disse: -----

“O pedido de esclarecimento é muito simples, o senhor Presidente disse que foi aprovado em reunião de câmara, mas não disse se foi por unanimidade ou não e isso é importante também se pudesse esclarecer. Em relação ao assunto, congratulo a Câmara para avançar o que está a avançar neste processo, é bom, é o futuro, mas também que tivesse em atenção também a lugares prioritários, para pessoas com deficiências que utilizam viaturas elétricas, porque são, normalmente, as mais adequadas para este tipo de utilização.” -----

Em resposta ao senhor José Escada, o senhor **Presidente da Assembleia** disse que a deliberação consta nos documentos enviados aos membros. -----

De seguida, o senhor **Presidente da Câmara** retomou a palavra para responder às questões colocadas: -----

“Relativamente à questão colocada pelo Presidente da Junta do Soito, é verdade que houve uma demora significativa. Estas questões são questões muito recentes, com legislação muito complexa. Inicialmente, quando a legislação saiu, nós colocámos o primeiro posto de carregamento atrás do crédito agrícola, a lei permitia que fizéssemos um protocolo direto com um operador, neste caso a Mio. Porquê? Porque estávamos num período experimental. Depois colocámos mais dois, o último foi colocado no Largo da Fonte aquando da obra, e os nossos serviços jurídicos andaram a verificar como é que outros municípios tinham tratado este tipo de assunto e o processo arrastou-se. Vamos agora acelerar o procedimento, só tenho a dizer que vão ser colocados mais postos de carregamento em todo o concelho, fruto do protocolo que vamos celebrar com a RP Global no âmbito das contrapartidas do parque de Valverdinho, onde estão

incluídos cerca de dez carregadores, que teremos depois de distribuí-los equitativamente pelo território, portanto, faremos essa colocação assim que tivermos condições para o fazer.” -----

Relativamente ao parque da escola sugerido pela senhora Marisa Martins, o senhor **Presidente da Câmara** disse que seria algo que se pudesse fazer, sendo necessário fazer um estudo primeiro, mas que seria tida em conta a sugestão. -----

Em resposta ao senhor José Escada, o senhor **Presidente da Câmara** disse que a votação consta nos documentos. *“Relativamente à questão dos lugares, num parque de estacionamento, há sempre lugares para deficientes, está definida uma quota para isso, portanto, está previamente definido na legislação.” -----*

Não havendo mais inscrições, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação. -
A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 7473, datada de 20-06-2022, **deliberou**, por unanimidade, **autorizar a Câmara a celebrar o contrato de concessão do uso privativo do domínio público de pontos de carregamento de veículos elétricos**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

PONTO 04 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO) AO ORÇAMENTO DE 2023 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2023-2028 -----

O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

“Embora a Prestação de Contas seja discutida e aprovada na assembleia de abril, a lei permite que, através de uma modificação orçamental seja integrado o saldo de gerência, para que se possam reforçar rúbricas que, aquando da aprovação do orçamento, não tinham dotação suficiente. Portanto, nós tínhamos um saldo de dois milhões e setecentos mil euros. Se leram informação, os setecentos e dez mil euros, relativamente à questão da Dache, foram incorporados na primeira alteração no início do ano. Portanto, estavam já provisionados e é um saldo que vai ser abatido no empréstimo dentro de dias, porque não se efetivou a compra, portanto, restam um saldo de dois milhões, cento e setenta e sete mil euros. Quando aprovámos o orçamento, voltou essa possibilidade de colocar verba a definir. Isto quer dizer que nas rubricas onde não tínhamos verba para equilibrar o orçamento, com a integração do saldo de gerência, o valor em falta foi colocado nessa coluna. O reforço destas verbas nas alterações orçamentais permite ir a estas rubricas tentar buscar verba para equilibrar algumas alterações que vamos fazendo ao longo do ano.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou aos grupos municipais se pretendiam intervir. ---

Grupo Municipal do PSD -----

Senhor **Jorge Dias**, após cumprimentar os presentes disse: -----

“Senhor Presidente da Câmara, verifica-se que na integração do saldo da de gerência do ano anterior que alguns valores foram alocados noutras rubricas, e há uma rubrica, penso que foi a que sofreu o maior aumento, que é a repavimentação da estrada municipal do Sabugal-Sortelha. Este valor é suficiente para concluir a obra?” -----

Grupo Municipal do PS -----

Senhor **José Pires Manso**: -----

“No que diz respeito ao ponto 4. da Ordem de Trabalhos - 1ª alteração ao orçamento 2023 e às grandes opções do plano 2023-28 - e uma vez apreciados os documentos presentes, para além da não muito convincente avaliação política que fizemos na reunião anterior desta AMS sobre a inércia da ação camarária e o fraco dinamismo da ação camarária sentidos pelas populações concelhias, pouco mais temos a comentar porquanto: -----

- As alterações decorrem da legislação em vigor e neles referida, e ainda -----

- Da necessidade de proceder aos ajustamentos do “plano e orçamento” e “grandes opções do plano” aqui aprovados há cerca de um ano, logo, previsionais, com o efetivamente executado em termos materiais e sobretudo com as disponibilidades financeiras. -----

Contudo, e pegando apenas nas rubricas que necessitam maiores reforços apresentados gostávamos de solicitar ao Sr. Presidente e à Câmara que V. Exa dirige, os comentários justificativos desses reforços.” -----

Grupo Municipal do CDS -----

Senhor **José Escada**: -----

“Votei contra o orçamento pelas razões que aduzi em declaração de voto. -----

Voto contra esta 1ª alteração pelas mesmas razões a que acrescento o facto de, contrariamente ao que a Lei estabelece, não ter, até hoje, conhecimento oficial e institucional da situação financeira do Município. -----

Apenas sei que a Câmara não tem pagamentos em atraso, que os recebimentos em atraso a 31 de dezembro eram de 391000 € e ainda os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro e o saldo da conta de gerência, que hoje foram apresentados a esta Assembleia.” -----

O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas: -----

“Relativamente à questão do senhor Jorge Dias, realmente olhando para a alteração modificativa salta à vista um reforço de 694 mil euros para a repavimentação da estrada de Sortelha. Como já aqui referi, as empreitadas têm oscilado muito, mas os serviços apontam para uma intervenção na ordem do milhão de euros, portanto, há que ir à procura de mais trezentos mil euros, no mínimo, para realizar a obra, mas é um compromisso nosso. Cremos que a seguir a este Verão consigamos executar a obra, mas para isso é necessário reforçar a rubrica com mais 300 mil euros. -----

Em resposta ao senhor José Pires Manso, havia rubricas insuficientemente dotadas que foram reforçadas com valores que se prevê gastar na obra. As rubricas foram reforçadas no sentido de reforçar a rubrica para o custo total do projeto, uma vez que quando aprovámos as GOP's e Orçamento não tinham dotação suficiente. Em relação ao senhor José Escada, o senhor Presidente da Câmara disse não ter nada a acrescentar. Sobre a informação financeira deixava o assunto para o senhor Presidente da Assembleia, se entender.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** questionou os grupos municipais se pretendiam intervir. ---

Seguiu-se o senhor **João Manso Dias**, do grupo municipal do PS, que lembrou o senhor Presidente da Câmara da importância do reforço da rubrica da educação, nomeadamente das visitas de estudo. -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara** agradeceu e afirmou ter tomado nota. -----

Em relação à informação financeira, o senhor **Presidente da Assembleia** disse que o senhor José Escada tem razão, "a lei n.º 75/2013 determina que em cada sessão seja disponibilizada aos membros um conjunto sequencial de informação. Nestes termos, é verdade que a assembleia não tem tido essa prática, o que torna mais do que justo o pedido que foi feito pelo senhor José Escada, no entanto, essa é a parte jurídico-formal, toda essa informação sequencial que a lei impõe e que deve ser cedida pela ordem aos membros, nunca faltou a cada um dos membros, ela encontra-se é dispersa em vários documentos, portanto, não corresponde àquilo que foi solicitado pelo senhor José Escada. Portanto, a partir da próxima sessão, já solicitei aos serviços e ao senhor Presidente que seja preparada nesses termos, mas também quero aqui dizer, em abono da verdade, a esta

assembleia, nunca faltou essa informação. Por exemplo, a questão do saldo das dívidas disponível nos documentos, e até no orçamento. No entanto, qualquer membro desta assembleia, que eu saiba, nunca ficou inibido, coibido ou proibido de solicitar publicamente na sessão da Assembleia, as informações que bem entender sobre a situação patrimonial, financeira, dívidas a fornecedores, processos em tribunal, entre outros. É importante que também tenhamos aqui uma atitude construtiva, porque não há negação da informação, não tem havido nenhuma falta de transparência, o que não tem havido é um cumprimento rigoroso da legislação. Creio que não há dúvidas para nenhum dos membros desta assembleia, incluindo o senhor José Escada, porque se tem dúvidas e pretende esclarecimentos, o pode fazer na Assembleia. Há também formas e formas de pedir. Com a mesma frontalidade que lhe dei razão senhor José Escada, também tenho lhe dizer que uma coisa é o registo institucional, outra coisa é esse registo ser agressivo e levar a que muitas vezes essas solicitações sejam feitas de uma forma pouco institucional. Eu tenho de dizer que não subscrevo abordagens não institucionalizadas em órgãos que têm regras e que tem de ter respeito também pelas pessoas. Como deve imaginar, o e-mail que dirigiu ao Presidente da Assembleia, o qual não lhe respondi e institucionalmente eu não leio, porque é dirigido uma forma ostensivamente agressiva. Em síntese, tem razão senhor José escada, formalmente. Não tem razão, por outro lado, porque nunca faltou disponibilidade para esclarecimentos. E, já agora, recomendo que se usem as regras de trato institucional que são sempre muito mais virtuosas." --

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação.

A Assembleia Municipal **deliberou**, por maioria, com 1 voto contra do Grupo Municipal do CDS, 16 abstenções do Grupo Municipal do PS e 2 abstenções do Grupo Municipal da CDU, **aprovar a 1.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) ao Orçamento de 2023 e Grandes Opções do Plano 2023-2028**. -----

PONTO 05 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ADENDA AOS CONTRATOS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DE SOITO, CERDEIRA, ALDEIA VELHA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE RUVINA, RUIVÓS E VALE DAS ÉGUAS E UNIÃO DE FREGUESIAS DE SABUGAL E ALDEIA DE SANTO ANTÓNIO, ACERCA DAS TAREFEIRAS ----

O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

"Como sabem, estas escolas estão numa situação muito complicada, mas nós temos feito todo o esforço, anualmente, para que ela se se mantenham abertas e com a delegação de competências, passámos a ter uma responsabilidade acrescida. O objetivo destas adendas aos protocolos vai no sentido de melhorar as as condições das tarefeiras, que são situações sempre precárias, mas que temos de tentar resolver com brevidade. Mais uma vez, estamos constantemente a substituir-nos ao Estado, porque o Estado demite-se destas situações e passa o ónus todo para os municípios."

Estando o assunto a ser acompanhado pela senhora **Vice-Presidente da Câmara**, o senhor Presidente da Câmara concedeu-lhe a palavra para fornecer mais informações aos membros: ----

“Relativamente a esta questão dos contratos, o que tem vindo a acontecer e já não é a primeira vez que as Juntas de Freguesia nos manifestam o facto de terem de suportar os valores da Segurança Social das tarefas para elas não suportarem. A Câmara Municipal nunca o fez, contudo, tendo em consideração que em abril, recebemos a transferência de competências no âmbito da Educação, pareceu-nos ser o momento em que deveríamos também, enquanto não se resolve esta situação, assumir esta despesa. Está englobada esta questão da Segurança Social e também a atualização do valor do subsídio de alimentação. Se nos perguntarem se achamos que esta é a melhor forma de estar, não é, contudo, foi a forma que foi encontrada até este momento para, como disse o senhor Presidente da Câmara, mantermos abertas as escolas do primeiro ciclo ao longo do concelho que já estariam encerradas, se não fosse a Câmara a substituir-se ao Estado. Com a transferência de competências, temos agora de rever esta situação e avaliá-la em termos das necessidades que temos ao longo do concelho e de que forma poderemos rever esta situação.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou aos grupos municipais se pretendiam intervir. ---

Grupo Municipal do PSD -----

Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Soito, Tiago Nabais:** -----

“Por um lado, fico satisfeito que seja reposta esta injustiça de serem as Juntas de Freguesia a suportar este valor, mas eu queria fazer aqui uma pequena correção. Este valor paga unicamente a parte da Segurança Social correspondente à entidade empregadora, as tarefas têm de pagar um outro valor, e isso não está aqui incluído, portanto, queria deixar isso claro. Se, por um lado fico satisfeito, por outro também queria deixar aqui duas preocupações relacionadas com esta matéria. Uma delas, a senhora Vice-Presidente já demonstrou, e que se prende com o facto de, com a transferência de competências, não tenham de recorrer às Juntas de Freguesia para promover este tipo de trabalho precário a partir do próximo ano letivo. Pelo menos, Essa é a esperança que a Junta de Freguesia tem, eu não queria mais uma vez colaborar nesse sentido, preferia que solucionassem o problema Agora que têm nas mãos a competência da Educação. E já que falamos nisso, houve um envelope financeiro que foi transmitido para a Câmara Municipal, já nos foi comunicado que esse envelope é insuficiente porque vieram acompanhados com uma série de assistentes operacionais, mas eu quero deixar aqui uma preocupação. Eu sei que o município não é responsável pela distribuição das tarefas das assistentes operacionais adstritas às escolas e jardins de infância, mas queria deixar um alerta, para evitar que dentro de uma de uma instituição se crie desigualdades, porque o município tem mais assistentes operacionais, portanto, os assistentes operacionais do município, que conhecia antes desta transferência de

competências, trabalham onze meses por ano, e todos sabemos quantos meses por ano trabalhavam os assistentes operacionais para o Ministério da Educação, só que agora são todos funcionários da mesma instituição. Acho que a câmara deve-se preocupar com esse assunto, para que não se crie aqui uma grave desigualdade entre pessoas com a mesma categoria." -----

Grupo Municipal do PS -----

Senhor **João Manso Dias**: -----

"É só para sublinhar o seguinte, como nalgumas escolas não há AEC's este ano letivo, este ano as tarefas têm um papel nessas escolas ainda mais importante porque são elas que se ocupam dos alunos até os pais chegarem. Acho que nós devemos valorizar esse aspeto das tarefas e tentar até melhorar na medida do possível, o seu salário." -----

Não havendo questões, e antes de conceder a palavra à senhora Vice-Presidente da Câmara, o senhor **Presidente da Câmara** enfatizou que o município irá debater-se sempre para manter todas as escolas abertas, tendo sempre consciência que é muito complicado, no entanto, nunca irão indicar nenhuma escola para encerrar. *"Nós quando recebemos as transferências de competências da escola e recebemos os assistentes operacionais e técnicos, deparámo-nos com esta precariedade. isto é inacreditável. Nós debatemo-nos para não ter precariedade na Câmara e recebemos do Estado. Nós temos de resolver esta situação onde estão incluídas as tarefas. Vamos ter de rever o quadro de pessoal da escola e abrir os respetivos concursos." -----*

Para responder às questões colocadas, a senhora **Vice-Presidente da Câmara** disse que a posição da Câmara será sempre manter as escolas abertas. *"Relativamente à questão da distribuição de assistentes técnicos e assistentes operacionais, não nos podemos esquecer que existe um rácio que o Ministério da Educação considera ser o necessário para o funcionamento das escolas, tendo em consideração o número de alunos. Aquilo que nós temos vindo a debater nas reuniões com a DGESTE é exatamente que mil alunos na mesma escola, não é a mesma coisa que mil alunos espalhados por seis ou sete escolas e, portanto, os rácios têm de ser revistos e essa também é uma questão que está a ser debatida." -----*

Quanto à uniformização das tarefas ou do papel dos assistentes operacionais e assistentes técnicos, obviamente, quando integram a Câmara Municipal, nós temos aqui uma realidade diferente daquela que é a realidade da escola. *Eu penso que tudo é possível de se organizar e nós temos estado a trabalhar com o diretor do agrupamento exatamente nesse sentido, ou seja, procurarmos que haja uma uniformização, mas também que haja um cuidado relativamente às tarefas que têm que ser desenvolvidas e ao papel que tem de se ter na escola, mas tudo isto é*

um processo e, portanto, não será de um dia para o outro, é um trabalho contínuo, nós estamos a receber uma realidade que é diferente da realidade que já tínhamos e temos que encontrar aqui um ponto de equilíbrio e temos que encontrar um ponto de entendimento para que ninguém se sinta injustiçado. E que o trabalho e as tarefas sejam realizados com a maior elevação e com toda a motivação porque estamos a falar de crianças e, portanto, o nosso objetivo será sempre que essas tarefas tragam mais sucesso escolar e bem-estar na escola.” -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o documento a votação. -----

A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 1005, datada de 25-01-2023, **deliberou**, por unanimidade, **aprovar as adendas apresentadas, no valor de 3.415,42€**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

PONTO 06 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO -----

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

“O mandato chegou ao fim, é necessário conduzir o Conselho Municipal de Educação que é composto, de acordo com a legislação, por estes elementos, e não havendo nenhum em falta é cumprir com aquilo que a legislação determina, aprovar o Conselho Municipal de Educação para ele continuar as suas funções.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se os grupos municipais pretendem intervir. -----

Grupo Municipal do PS -----

Senhor **João Manso Dias**: -----

“Eu queria dar uma sugestão à mesa, dos membros saídos do Conselho Municipal da Juventude, constituído por três elementos (1 do PSD, 1 do PS e 1 da CDU) vai sair um representante. Como são três membros e há três reuniões do CME por ano, podia ser rotativo, para os três membros poderem irem ao Conselho municipal da Educação.” -----

Na ausência momentânea do senhor Presidente da Assembleia, o senhor **Germano Fernandes** disse não saber responder a isso, *“mas não parece que seja muito curial, mas penso que os três*

elementos devem estar sempre presentes, caso contrário o órgão não está representado na totalidade. -----

Grupo Municipal do PSD -----

Senhor **Francisco Carvalho**: -----

“Era só para esclarecer que, em relação ao Conselho Municipal da Juventude, ele não tem apenas três membros, têm direito a assento no Conselho Municipal de Juventude os presidentes de todas as associações juvenis listadas como tal e sediadas no concelho, ou seja, o representante que vai sair do Conselho Municipal de Juventude para o Conselho Municipal de Educação terá de ser eleito em sede de Conselho Municipal de Juventude. Entre as pessoas que lá estão, quando reunimos, que eu já frisei aqui numa das últimas assembleias que a convocatória ainda não aconteceu e a situação, infelizmente, mantém-se, e só quando isso acontecer é que será possível indicar quem é que vai do Conselho Municipal de Juventude para o Conselho Nacional de Educação, porque até pode não ser nenhum dos três membros da Assembleia e ser o presidente de uma das associações juvenis do concelho.” -----

Grupo Municipal do CDS: -----

“Em relação a esta representação da Assembleia no concelho, eu gostava de dizer o seguinte, seria uma boa prática democrática esta assembleia ter informação periódica do que se vai passando nas várias representações que a assembleia tem. Hoje por acaso, excecionalmente, tivemos aqui da CIM, mas foi o primeiro caso e já vamos quase com dois anos de mandato.” -----

Não havendo mais intervenções dos grupos municipais, o senhor **Germano Fernandes** colocou o ponto à votação. -----

A **Assembleia Municipal** deliberou, por maioria, com 1 abstenção **aprovar a Norma de Execução do Orçamento 2023**. -----

PONTO 07 - ELEIÇÃO DOS MEMBROS SUPLENTE PARA INTEGRAR A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL CIM BEIRAS E SERRA DA ESTRELA -----

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

“Aquando da eleição dos membros da Assembleia para integrar a CIM os partidos não indicaram suplentes, e aquando da última assembleia intermunicipal se indicou que não havia nenhum membro suplente nós trouxemos novamente à Assembleia esta questão.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** tomou a palavra para interromper os trabalhos de forma a averiguarem o ponto da situação deste ponto. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** retomou os trabalhos e informou os membros de que a deliberação já tinha sido tomada, uma vez que ambas as listas apresentadas (PS e PSD) estavam constituídas por 4 elementos. e, portanto, foi feita uma eleição por lista nos dois casos e foi apresentada uma lista do PSD da lista do PS, cada uma com quatro elementos pelo que aplicando também o método de Hondt para os suplentes, a deliberação estava tomada e fará uma correção para esse efeito. *"A deliberação foi tomada em 26 de novembro de 2021. O PSD apresentou como primeiro efetivo António Gata, segundo efetivo Elisabete Robalo, primeiro suplente Jorge Dias e segundo suplente Idalina Lopes. O PS apresentou Alexandre Gonçalves como primeiro efetivo, o Sandro Freire como segundo efetivo, Silvina Vaz como primeiro suplente e Marisa Martins como segunda suplente. Portanto, estes são os eleitos, nós é que só transmitimos os efetivos. Os resultados foram dezasseis votos a favor da lista do PSD, catorze do PS. Aplicando o método de Hondt, dará sempre um empate. Portanto, estão eleitos automaticamente, esta ata foi sufragada, é válida, legal, democrática, neste caso regressiva, porque houve um lapso do Presidente, será corrigido e o ponto será retirado da ordem de trabalhos, pelo que não se fará nova eleição."* -----

PONTO 08 - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2022, RECEBIMENTOS EM ATRASO E PAGAMENTOS EM ATRASO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 -----

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

"O Tribunal de Contas obriga a que nós tomemos conhecimento da declaração de compromissos plurianuais a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, alínea a) do n.º 1 do artigo 15, da lei de compromissos e pagamentos em atraso. Já aprovámos em Reunião de Câmara e aqui está patente alguma da informação que o senhor José Escada solicita. Faço apenas uma pequena correção, o município não tem trezentos e noventa mil euros de pagamentos em atraso. O município tem trezentos e noventa mil euros de recebimentos em atraso, pagamentos em atraso tem 0." -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou aos grupos municipais se pretendiam intervir. Não havendo intervenções a Assembleia Municipal **tomou conhecimento da declaração de compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2022, recebimentos em atraso e pagamentos em atraso em 31 de dezembro de 2022.** -----

PONTO 09 – ATIVIDADE MUNICIPAL -----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** dos documentos enviados sobre a **ATIVIDADE MUNICIPAL**. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou aos grupos municipais se pretendiam intervir. ---

Grupo Municipal do PS -----

Senhor **João Manso Dias**: -----

"Senhor Presidente, relativamente à Atividade Municipal, nas adjudicações e aquisição de serviços está um ajuste direto para prestação de serviços de apoio e gestão do Balneário Termal do Cró à empresa Oportuna Atenção no valor de trezentos e vinte mil euros acrescidos de IVA. Perguntava ao senhor Presidente se este contrato é para todo o ano de dois mil e vinte e três." -----

Grupo Municipal do CDS -----

"Eu entendo por atividade algo mais amplo e até beneficia a Câmara como o caso de inaugurações, a presença em eventos, etc., que, de facto, são atividade de representação, de apresentação de trabalho feito, etc., e que também deveria aparecer." -----

Em relação à questão colocada pelo senhor João Manso Dias, o senhor **Presidente da Câmara** disse que o ajuste direto vem na sequência da abertura de um concurso público que ficou deserto. *"A lei permite-nos fazer um ajuste direto para que o equipamento não encerre, fizemo-lo por oito meses, termina no final de agosto. Até lá, é necessário repensar o equipamento. Relativamente à questão que o senhor José Escada colocou, não fazemos inaugurações, por isso, não têm de estar cá. As obras quando estão concluídas são colocadas ao serviço da população. É uma forma de estar."* -----

O senhor **Presidente da Assembleia** retomou a palavra para questionar os grupos municipais se pretendiam intervir novamente. -----

O senhor **João Manso Dias**, do grupo municipal do PS disse: -----

"Senhor Presidente da Câmara, relativamente ao mesmo assunto, numa assembleia que aqui decorreu, já tinha falado que o concurso não tinha tido o efeito desejado, nós tivemos aqui

discussões acesas ao longo de duas assembleias, a última foi de catorze de outubro de dois mil e vinte e dois, onde esta matéria foi aprovada por maioria e o procedimento concursal era para um prazo de execução de trinta e seis meses, e o senhor Presidente já respondeu que nenhuma empresa se apresentou e então teve que ir para o ajuste direto. Senhor Presidente, continuando com o tema, vejamos o empreendimento, é um empreendimento de milhões, que devia ser uma fonte de receitas e continua a ser uma fonte de despesas. Perguntava-lhe o seguinte, quem é o responsável pela manutenção do equipamento, visto que alguns equipamentos estão avariados já há bastante tempo, nomeadamente, da fisioterapia, há mais de quatro meses, e eu acho que era importante resolver esta situação, porque a fisioterapia é uma fonte importante receita do Parque Termal do Cró.” -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara** disse: *“Relativamente à questão que colocou, o equipamento continua com um défice significativo, sem dúvida, mas posso-lhe dizer que estamos a trabalhar para que seja autossustentável. Relativamente à manutenção, dizer-lhe que a manutenção é feita por um técnico de manutenção da empresa Sobre o aparelho que está avariado, tem mais informação que eu desconheço. Temos uma técnica da Câmara que faz o acompanhamento do contrato, e não reportou nenhuma avaria. Se se refere à questão da bicicleta, já está resolvida, os procedimentos para a aquisição de materiais demoram, e neste caso, tem um custo de 4 mil euros.” -----*

Seguiu-se o senhor **Luís Sanches**, do grupo municipal do PS que, após cumprimentar os presentes, disse: *“É lógico que se eu sou utente e se isso acontece há uns quatro meses, queríamos perguntar quem era o responsável pela manutenção, porque podia não ser a Câmara Municipal. O problema é que eu perguntei e ninguém me soube dizer exatamente.” -----*

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara** disse que essa avaria não impediu o senhor Luís Sanches de fazer os tratamentos. -----

Solicitou a palavra o senhor **Francisco Carvalho**, do grupo municipal do PSD para dizer: -----

“Apenas deixar nota que, quando se traz um tópico destes para a assembleia, seria pertinente ter noção qual é a real importância deste equipamento, porque, se calhar, é um equipamento que nem sequer é imprescindível à atividade da instituição. Não há necessidade de estarmos a focar-nos num assunto tão específico, quando nem sequer temos noção de qual é que é o seu real impacto na atividade diária da instituição.” -----

Seguiu-se a senhora **Marisa Martins**, do grupo municipal do PS que, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, disse que havia entrado contrassenso. "Se não é importante não gastava 5 mil euros a comprar." -----

O senhor **Presidente da Câmara** disse que não comentava. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Chegado a este ponto, o senhor **Presidente da Assembleia** questionou se algum membro do público pretende intervir. -----

Não havendo inscrições o senhor **Presidente da Assembleia** deu duas notas. "*Peço desculpa pelo lapso, não informei os membros de duas matérias do expediente. A primeira é a apresentação de proposta de assinatura de revista O Municipal, da Associação dos Trabalhadores da Administração Local, que eu considero que não se justifica estarmos a assinar a revista em causa, mas a proposta foi enviada para o senhor Presidente da Câmara Municipal e para o Presidente da Assembleia. A segunda matéria prende-se com a Assembleia Municipal de Belmonte a dar-nos conhecimento que aprovaram uma 'Moção a favor da decisão de um aeroporto para um processo de desenvolvimento territorial mais harmonioso'.*" -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu a presença de todos e deu por **encerrada a Sessão**, eram dezanove horas e quinze minutos, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n. 3 do artigo 57. da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada, por mim, Vânia Martins Filipe, Assistente Técnica que a lavrei e pelo senhor **Presidente da Assembleia**, conforme disposto no n. 1 do art. 57.º da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro. -

O **Presidente da Assembleia**,

MANUEL
AUGUSTO
MEIRINHO
MARTINS

Assinado de forma
digital por MANUEL
AUGUSTO
MEIRINHO MARTINS
Dados: 3023.04.24
14:47:09 +01'00'

Manuel Augusto Meirinho

A **Assistente Técnica**,

Vânia Martins Filipe

Vânia Martins Filipe